

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

AES Tietê Eólica S.A.

31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
AES Tietê Eólica S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

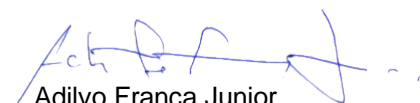
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	101	927	3.318	4.812	Fornecedores		222	755	6.735	6.122
Investimentos de curto prazo	3	95.428	96.307	302.431	238.085	Debêntures	7	26.596	39.152	26.596	39.152
Contas a receber de clientes		-	-	37.039	32.576	Tributos e contribuições sociais a pagar		-	-	4.543	3.164
Conta de ressarcimento	8	-	-	288	345	Tributos a pagar		81	54	1.208	1.232
Estoques		-	-	12.035	8.754	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	-	604	-	604
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.168	562	6.966	1.492	Conta de ressarcimento	8	-	-	46.586	117.445
Dividendos a receber	4	741	736	-	-	Provisão para custos socioambientais		-	-	213	248
Cauções e depósitos vinculados		-	27.104	-	27.104	Passivo de arrendamento		91	75	445	367
Outros ativos		-	-	489	2.601	Outras obrigações		-	-	305	108
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		97.438	125.636	362.566	315.769	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		26.990	40.640	86.631	168.442
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	8	-	-	-	288	Debêntures	7	44.144	66.549	44.144	66.549
Tributos e contribuições sociais compensáveis		4.077	3.456	4.077	3.457	Conta de ressarcimento	8	-	-	170.693	43.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	6.323	5.222	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	926	1.121
Tributos diferidos		-	-	7.493	6.189	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	604	-	604	-
Cauções e depósitos vinculados		24.487	-	24.596	58	Tributos diferidos		-	-	1.098	1.329
Contas a receber partes relacionadas	4	289.356	371.490	-	-	Provisão para custos socioambientais		-	-	-	213
Outros ativos		-	-	16	-	Passivo de arrendamento		470	507	31.329	28.864
Investimentos	5	960.255	924.157	-	-	Provisões para processos judiciais e outros		-	-	697	182
Imobilizado, líquido	6	513	546	1.250.163	1.320.549	Provisão para desmobilização		-	-	15.805	24.307
Intangível, líquido		168	223	779	1.156	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		45.218	67.056	265.296	166.434
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.278.856	1.299.872	1.293.447	1.336.919	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social subscrito e integralizado		1.241.382	1.241.382	1.241.382	1.241.382
						Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
						Reserva de lucros		45.756	9.588	45.756	9.588
						Dividendos adicionais propostos		-	49.894	-	49.894
						TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	1.304.086	1.317.812	1.304.086	1.317.812
TOTAL DO ATIVO		1.376.294	1.425.508	1.656.013	1.652.688	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.376.294	1.425.508	1.656.013	1.652.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	10	-	-	297.310	248.302
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(190.963)	(169.309)
LUCRO BRUTO		-	-	106.347	78.993
Gerais e administrativas	12	(3.671)	(2.577)	(5.924)	(5.074)
Outras (despesas) receitas operacionais		(16)	(71)	54	(155)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.687)	(2.648)	(5.870)	(5.229)
RESULTADO BRUTO		(3.687)	(2.648)	100.477	73.764
Resultado de equivalência patrimonial	5	101.557	73.472	-	-
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		14.704	5.923	38.853	16.753
Despesas financeiras		(14.437)	(23.696)	(26.211)	(27.319)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	267	(17.773)	12.642	(10.566)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		98.137	53.051	113.119	63.198
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(16.278)	(13.329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.296	3.182
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	-	-	(14.982)	(10.147)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.137	53.051	98.137	53.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	98.137	53.051	98.137	53.051
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	98.137	53.051	98.137	53.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.348.868	16.948	6.937	60.968	69.491	-	1.503.212
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	53.051	53.051
Deliberação de dividendos adicionais		-	-	-	(60.968)	(69.491)	-	(130.459)
Redução de capital		(107.486)	-	-	-	-	-	(107.486)
Constituição de reserva legal		-	-	2.653	-	-	(2.653)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(504)	(504)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	49.894	(49.894)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	1.241.382	16.948	9.588	-	49.894	-	1.317.812
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	98.137	98.137
Deliberação de dividendos adicionais		-	-	-	-	(49.894)	-	(49.894)
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	4.907	-	-	(4.907)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	31.261	-	(31.261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(932)	(932)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(61.037)	(61.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	1.241.382	16.948	14.495	31.261	-	-	1.304.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TIETÊ EÓLICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		98.137	53.051	98.137	53.051
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6	99	56	84.684	83.492
Atualização monetária sobre ressarcimento	8	-	-	7.561	-
Juros e atualização monetária sobre debêntures	7	6.073	12.932	6.073	12.932
Juros sobre cauções		(3.677)	(1.517)	(3.684)	(1.518)
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros		-	-	515	182
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(11.288)	(4.629)	(35.096)	(11.643)
Juros sobre passivo de arrendamento		47	42	3.078	2.819
Apropriação dos custos de transação das debêntures	7	591	531	591	531
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	7	7.701	10.180	7.701	10.180
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	(2.831)	(6.952)
Atualização (reversão) da provisão para custos socioambientais		-	-	(248)	(372)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(101.557)	(73.472)	-	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		(1.080)	839	56.655	109.971
Contas a receber de clientes		-	-	(4.463)	33.991
Tributos e contribuições sociais compensáveis		(622)	151	(4.033)	80
Outros créditos		-	-	(1.185)	(2.664)
Fornecedores		(485)	559	613	(1.092)
Tributos a pagar		27	36	16.383	13.049
Conta de ressarcimento a pagar		-	-	48.749	67.575
Outras contas a pagar		-	93	591	(968)
		(4.954)	(1.987)	223.136	252.673
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(15.028)	(12.247)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	7	(7.847)	(10.244)	(7.847)	(10.244)
Pagamento de passivo de arrendamento (juros)		(47)	-	(398)	(2.819)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		8.396	2.950	25.278	8.560
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo		3.166	(15.793)	(56.589)	65.289
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais		(1.286)	(25.074)	168.552	301.212
Atividades de investimentos:					
Dividendos recebidos de controladas		65.454	219.779	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	-	(130)	(19.876)	(19.121)
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	4	82.134	87.759	-	-
Caixa líquido gerado (usado) pelas as atividades de investimentos		147.588	307.408	(19.876)	(19.121)
Atividades de financiamentos:					
(Aplicação) resgates de cauções e depósitos vinculados		6.294	31.540	6.250	31.523
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	7	(41.479)	(42.634)	(41.479)	(42.634)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(80)	-	(3.078)	(335)
Partes relacionadas - ações resgatáveis	4	-	(31.689)	-	(31.689)
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	7	-	(975)	-	(975)
Redução de capital		-	(107.486)	-	(107.486)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(111.863)	(131.063)	(111.863)	(131.063)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(147.128)	(282.307)	(150.170)	(282.659)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(826)	27	(1.494)	(568)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		927	900	4.812	5.380
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		101	927	3.318	4.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Eólica S.A. (“Tietê Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”).

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico (“SPE’s”):

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/2012	14/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/2012	15/04/2047	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetitê	12º LEN/2011	167/2012	23/03/2012	14/03/2047	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/2012	11/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/2012	22/03/2047	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/2011	07/03/2046	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/2011	27/03/2046	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/2011	30/05/2046	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/2011	29/05/2046	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/2011	20/03/2046	35 anos	2014	14	23,5	10,1
						Total	230	386,1	184,4

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetitê, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Companhia	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	85.760	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	106.784	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	124.848	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	125.846	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	111.988	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			643.702					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	186,20	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	184,73	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	185,04	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	184,99	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	187,19	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	185,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	185,65	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	183,56	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	182,82	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536					
Total			1.551.238					

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2022	2021
Controladas diretas:				
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 29 de maio de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das

demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo"

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	101	927	3.318	4.812
Subtotal	101	927	3.318	4.812
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos de curto prazo				
CDB	95.428	96.307	302.431	238.085
Subtotal	95.428	96.307	302.431	238.085
Total	95.529	97.234	305.749	242.897

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 102,42% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,96% em 31 de dezembro de 2021).

4 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Centrais Eólicas dos Araças S.A	36	36	-	-
Centrais Eólicas da Prata S.A	72	72	-	-
Centrais Eólicas Morrão S.A	79	79	-	-
Centrais Eólicas Seraima S.A	95	95	-	-
Centrais Eólicas Tanque S.A	75	75	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	97	97	-	-
Centrais Eólicas Borgo S.A	65	65	-	-
Centrais Eólicas Caetité S.A	64	64	-	-
Centrais Eólicas Espigão S.A	22	17	-	-
Centrais Eólicas Maron S.A	16	16	-	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	61	61	-	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	59	59	-	-
Subtotal	741	736	-	-
Ativo não circulante				
Ações resgatáveis - Controladas (i)	289.356	371.490	-	-
Subtotal	289.356	371.490	-	-
Total	290.097	372.226	-	-
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Nova Energia Holding S.A.	-	(604)	-	(604)
Subtotal	-	(604)	-	(604)
Passivo não circulante				
Dividendos a pagar				
Nova Energia Holding S.A.	(604)	-	(604)	-
Subtotal	(604)	-	(604)	-
Total líquido de partes relacionadas	289.493	371.622	(604)	(604)
	Controladora			
	Notas	2022	2021	
Receita líquida				
Venda de energia - AES Brasil Operações S.A	10	28.025	11.458	
Total do resultado		28.025	11.458	

	Notas	Controladora	
		2022	2021
Receita líquida			
Venda de energia - AES Brasil Operações S.A	10	28.025	11.458
Total do resultado		28.025	11.458

- (i) A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R\$ 1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$ 734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram as beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Companhia no passivo não circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia e suas controladas são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

5 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades

	Controladora	
	2022	2021
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	960.255	924.157
Total	960.255	924.157

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Controladas	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2022
Araçás	89.729	3.849	(4.700)	(36)	88.842	5.197	(2.686)	(49)	91.304
Da Prata	71.171	7.528	(17.562)	(72)	61.065	9.770	(5.986)	(93)	64.756
Morrão	92.517	8.359	(26.036)	(79)	74.761	13.209	(8.390)	(125)	79.455
Seraíma	93.613	10.016	(24.677)	(95)	78.857	8.279	(4.885)	(79)	82.172
Tanque	92.235	7.896	(22.940)	(75)	77.116	9.661	(6.490)	(92)	80.195
Ventos do Nordeste	78.766	10.161	(19.882)	(97)	68.948	10.847	(6.885)	(103)	72.807
Ametista	54.009	(2.604)	(6.267)	-	45.138	5.674	(4.141)	(54)	46.617
Borgo	65.508	6.820	(18.068)	(65)	54.195	4.744	(3.038)	(45)	55.856
Caetité	96.515	6.731	(25.951)	(64)	77.231	10.242	(7.745)	(97)	79.631
Dourados	46.929	(619)	(2.547)	-	43.763	1.556	(264)	(15)	45.040
Espigão	32.479	1.761	(7.667)	(17)	26.556	561	-	(5)	27.112
Maron	71.371	1.713	(11.411)	(16)	61.657	6.159	(4.187)	(59)	63.570
Pelourinho	62.620	6.437	(13.673)	(61)	55.323	7.869	(5.258)	(75)	57.859
Pilões	67.006	(738)	(4.283)	-	61.985	3.212	(1.989)	(31)	63.177
Serra do Espinhaço	55.859	6.162	(13.242)	(59)	48.720	4.577	(2.550)	(43)	50.704
Total	1.070.327	73.472	(218.906)	(736)	924.157	101.557	(64.494)	(965)	960.255

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Centrais Eólicas dos Araçás S.A	100%	140.138	48.833	91.305	63.133	5.197
Centrais Eólicas da Prata S.A	100%	87.634	22.878	64.756	42.503	9.770
Centrais Eólicas Morrão S.A	100%	111.152	31.697	79.455	47.811	13.209
Centrais Eólicas Seraíma S.A	100%	123.836	41.665	82.171	49.132	8.279
Centrais Eólicas Tanque S.A	100%	111.191	30.996	80.195	49.636	9.661
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	100%	85.926	13.117	72.809	38.327	10.847
Centrais Eólicas Ametista S.A	100%	110.317	63.700	46.617	43.515	5.674
Centrais Eólicas Borgo S.A	100%	88.506	32.650	55.856	32.053	4.744
Centrais Eólicas Caetité S.A	100%	125.383	45.752	79.631	47.595	10.242
Centrais Eólicas Dourados S.A	100%	111.734	66.694	45.040	42.969	1.556
Centrais Eólicas Espigão S.A	100%	50.508	23.397	27.111	17.777	561
Centrais Eólicas Maron S.A	100%	109.631	46.062	63.569	44.507	6.159
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	100%	91.738	33.879	57.859	33.998	7.869
Centrais Eólicas Pilões S.A	100%	105.392	42.215	63.177	53.823	3.212
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	100%	82.804	32.100	50.704	28.567	4.577
Total		1.535.890	575.635	960.255	635.346	101.557

6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2022				2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Terrenos	-	2.503	-	2.503	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	52.313	(15.666)	36.647	38.489
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.782.601	(616.791)	1.165.810	1.241.585
Veículos	14,29%	867	(222)	645	-
Equipamentos de informática, móveis e outros	6,4%	2.259	(17)	2.242	2.284
Imobilizado em serviço		1.840.543	(632.696)	1.207.847	1.284.861
Imobilizado em curso (i)		13.787	-	13.787	8.832
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,66%	33.021	(4.492)	28.529	26.856
Total		1.887.351	(637.188)	1.250.163	1.320.549

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$ 9.920 (R\$ 19.941 em 31 de dezembro de 2021). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. Em março de 2022, a Companhia remensurou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização. Esta projeção a longo prazo se faz necessária para evitar flutuações significativas ao longo dos períodos, uma vez que a realização desta provisão se dará somente no final da autorização. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 15.805 (R\$ 24.307 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 27 anos, depreciados à taxa de 3,66% a.a.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Consolidado					Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão Desmantelamento	Transferências	
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.105	-	-	-	208	52.313
Máquinas e equipamentos	1.776.970	-	-	(8.897)	14.528	1.782.601
Veículos	-	-	-	-	867	867
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	2.941	-	-	-	(682)	2.259
Em curso	8.832	19.876	-	-	(14.921)	13.787
Direito de uso de terreno arrendado	30.080	-	2.941	-	-	33.021
Subtotal	1.873.431	19.876	2.941	(8.897)	-	1.887.351
Depreciação/Amortização	(552.882)	(83.370)	-	(936)	-	(637.188)
Total líquido	1.320.549	(63.494)	2.941	(9.833)	-	1.250.163

	Consolidado			Saldo em 31 de dezembro de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	
Terrenos	2.503	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.103	-	2	52.105
Máquinas e equipamentos	1.759.864	-	17.106	1.776.970
Veículos	-	-	-	-
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	23	-	2.918	2.941
Em curso	9.737	19.121	(20.026)	8.832
Direito de uso de terreno arrendado	28.940	1.140	-	30.080
Subtotal	1.853.170	20.261	-	1.873.431
Depreciação/Amortização	(470.017)	(82.865)	-	(552.882)
Total líquido	1.383.153	(62.604)	-	1.320.549

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 DEBÊNTURES

(a) Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Consolidado							Total circulante + não circulante
			2022				2021			
			Circulante			Não Circulante			Total	
Principal	Encargos	Custos a amortizar	Principal	Custos a amortizar	Total					
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% a.a	9.792	82	(303)	9.571	15.912	(606)	15.306	24.877
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série)	2025	IPCA + 7,87% a.a	17.159	154	(288)	17.025	29.415	(577)	28.838	45.863
Total da dívida			26.951	236	(591)	26.596	45.327	(1.183)	44.144	70.740

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Consolidado							Total circulante + não circulante
			2022				2021			
			Circulante			Não Circulante			Total	
Principal	Encargos	Custos a amortizar	Principal	Custos a amortizar	Total					
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% a.a	23.140	166	(302)	23.004	24.297	(902)	23.395	46.399
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série)	2025	IPCA + 7,87% a.a	16.220	218	(290)	16.148	44.026	(872)	43.154	59.302
Total da dívida			39.360	384	(592)	39.152	68.323	(1.774)	66.549	105.701

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

(b) A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado							
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	2021						2022
Debêntures							
Debêntures	105.701	7.701	6.073	(41.479)	(7.847)	591	70.740
Total	105.701	7.701	6.073	(41.479)	(7.847)	591	70.740

Consolidado								
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	2020							2021
Debêntures								
Debêntures	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701
Total	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701

(c) As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	24.877	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			45.863			

(d) Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

(e) Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantém o acompanhamento do índice.

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2024	24.503	(591)	23.912
2025	20.824	(592)	20.232
	45.327	(1.183)	44.144

8 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas

mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<u>CIRCULANTE</u>		
Ressarcimento	288	46.586
Subtotal	288	46.586
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Ressarcimento	-	170.693
Subtotal	-	170.693
Total	288	217.279

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.632	96.738
Provisão	-	64.576
Amortização	(2.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	633	161.314
Provisão	-	48.404
Amortização	(345)	-
Atualização monetária	-	7.561
Saldos em 31 de dezembro de 2022	288	217.279

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo passivo consolidado de R\$ 217.279 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 161.314 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo de ressarcimento, cujo pagamento foi suspenso através do Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL. A suspensão impactou os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para analisar e regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.241.382 representado por 600.866.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2022 constituiu uma reserva de R\$ 4.907 (R\$ 2.653 em 31 de dezembro de 2021).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$ 31.261.

	2022	2021
Reservas de lucro:		
Reserva legal	14.495	9.588
Reserva de investimentos	31.261	-
	<u>45.756</u>	<u>9.588</u>

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 61.037. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Notas	Consolidado	
		2022	2021
		R\$	R\$
Receita fonte eólica			
Contratos de energia eólicos		326.703	310.112
Ressarcimento de energia SPOT		(48.691)	(67.517)
Outros		5.627	-
Partes relacionadas	4	2.754	10.393
Receita operacional bruta		28.025	11.458
Deduções fonte eólica			
PIS/COFINS		(11.292)	(9.543)
ICMS		(5.816)	(6.601)
Receita operacional líquida		297.310	248.302

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2022	2021
	R\$	R\$
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	(236)	(8.798)
Contratos com partes relacionadas	(33.142)	(11.459)
Mercado de curto prazo		
SPOT	(96)	(170)
Outros	(417)	(335)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(21.021)	(17.551)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.670)	(1.439)
Subtotal	(56.582)	(39.752)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(37.011)	(34.134)
Material	(8.779)	(9.113)
Depreciação e amortização	(84.416)	(83.437)
Seguros	(3.675)	(2.355)
Arrendamentos e aluguéis	(268)	(302)
Pessoal e administradores	(4)	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(213)
Outros custos operacionais	(228)	(3)
Subtotal	(134.381)	(129.557)
Total	(190.963)	(169.309)

12 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Material	(542)	(125)	(790)	(1.019)
Serviços de terceiros	(3.030)	(2.396)	(4.860)	(4.000)
Depreciação e amortização	(99)	(56)	(268)	(55)
Outros	-	-	(6)	-
Total	(3.671)	(2.577)	(5.924)	(5.074)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras					
Rendas de aplicações financeiras		11.288	4.629	35.096	11.643
Renda de cauções e depósitos judiciais		3.677	1.517	3.684	1.518
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira		(717)	(289)	(717)	(289)
Outras receitas financeiras		456	66	790	3.881
Total		14.704	5.923	38.853	16.753
Despesas Financeiras					
Encargos financeiros e amortização de custo de transação de dívidas	7	(8.292)	(10.711)	(8.292)	(10.711)
Atualização monetária de debêntures	7	(6.073)	(12.932)	(6.073)	(12.932)
Atualização monetária de ressarcimento	8	-	-	(7.561)	-
Juros sobre passivos de arrendamento		(48)	(42)	(3.078)	(2.819)
Multas		-	-	(310)	(18)
Outras		(24)	(11)	(897)	(839)
Total		(14.437)	(23.696)	(26.211)	(27.319)
Total líquido		267	(17.773)	12.642	(10.566)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, onde não apurou lucro tributável em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	-	-	-	-	(10.944)	(5.334)	(8.740)	(4.589)
Diferidos	-	-	-	-	842	454	2.066	1.116
Total	-	-	-	-	(10.102)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	98.137	98.137	53.051	53.051	113.119	113.119	63.198	63.198
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(101.557)	(101.557)	(73.472)	(73.472)	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(74.686)	(62.320)	(55.532)	(45.054)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	2.006	2.006	20.421	20.421	2.006	2.006	19.030	20.445
Outras	1.414	1.414	-	-	1.414	1.414	-	-
Total das adições (exclusões)	(98.137)	(98.137)	(53.051)	(53.051)	(71.266)	(58.900)	(36.502)	(24.609)
Resultado ajustado	-	-	-	-	41.853	54.219	26.696	38.589
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	-	-	-	-	(10.463)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
Outros	-	-	-	-	361	-	-	-
Total da despesa com tributos	-	-	-	-	(10.102)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,9%	4,3%	10,6%	5,5%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.3 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria	
		2022		2021			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2	3.318	3.318	4.812	4.812	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	302.431	302.431	238.085	238.085	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes			37.039	37.039	32.576	32.576	Custo amortizado
Ações resgatáveis - Nova Energia Holding S.A	4		289.356	289.356	371.490	371.490	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		288	288	633	633	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados			24.596	24.596	27.162	27.162	Custo amortizado
Total			657.028	657.028	674.758	674.758	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores			6.735	6.735	6.122	6.122	Custo amortizado
Debêntures	7		70.740	70.740	105.701	105.701	Custo amortizado
Dividendos a pagar	4		604	604	604	604	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		217.279	217.279	161.314	161.314	Custo amortizado
Passivo de arrendamento			31.774	31.774	29.231	29.231	Custo amortizado
Total			327.132	327.132	302.972	302.972	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.4 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	101	927	3.318	4.812
Investimentos de curto prazo	3	95.428	96.307	302.431	238.085
Contas a receber de clientes		-	-	37.039	32.576
Cauções e depósitos vinculados		24.487	27.104	24.596	27.162
Total		120.016	124.338	367.384	302.635

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Debêntures	7	70.740	105.701	70.740	105.701
Caixa e equivalentes de caixa	3	(101)	(927)	(3.318)	(4.812)
Investimentos de curto prazo	3	(95.428)	(96.307)	(302.431)	(238.085)
Cauções e depósitos vinculados		(24.487)	(27.104)	(24.596)	(27.162)
Dívida líquida		(49.276)	(18.637)	(259.605)	(164.358)
Patrimônio líquido	9	1.304.086	1.317.812	1.304.086	1.317.812
Índice de alavancagem financeira		-3,78%	-1,41%	-19,91%	-12,47%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 7.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	6.735	-	-	-	-	6.735	6.122
Debêntures	-	33.099	41.976	12.080	-	87.155	133.718
Passivo de arrendamento	107	338	488	2.366	28.475	31.774	29.231
Total	6.842	33.437	42.464	14.446	28.475	125.664	169.071

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Investimentos de curto prazo	302.431
Cauções e depósitos vinculados	24.596
Conta de ressarcimento - ativo	288
Conta de ressarcimento - passivo	(217.279)
Passivo de arrendamento	(31.774)
Debêntures	(72.514)
Total	5.748

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	302.431	20.505	30.757	41.010	51.262	61.514
Impacto no resultado			20.505	30.757	41.010	51.262	61.514
Total da exposição líquida			20.505	30.757	41.010	51.262	61.514

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(25.786)	(2.689)	(3.050)	(3.414)	(3.777)	(4.141)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(46.728)	(4.998)	(5.653)	(6.314)	(6.974)	(7.634)
Impacto no resultado			(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)
Total da exposição líquida			(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - ativo	IPCA	288	8	11	15	19	23
Ressarcimento - passivo	IPCA	(217.279)	(5.693)	(8.517)	(11.364)	(14.210)	(17.056)
Impacto no resultado			(5.685)	(8.506)	(11.349)	(14.191)	(17.033)
Total da exposição líquida			(5.685)	(8.506)	(11.349)	(14.191)	(17.033)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 256.055, mediante restituição de capital a acionista Nova Energia, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. O capital social da Companhia passa para R\$ 985.327, em 30 de janeiro de 2023, representado por 600.866.844 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.